



Demonstrações Financeiras

Iguaçu Saneamento S.A.

**31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanco patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia	8
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais	9
3. Receita operacional líquida	11
5. Resultado financeiro	13
6. Imposto de renda e contribuição social	13
7. Caixa e equivalentes de caixa	14
8. Contas a receber e outros recebíveis	15
9. Fornecedores e outras contas a pagar	16
10. Patrimônio líquido	16
11. Gerenciamento de capital	17
12. Instrumentos financeiros	17
13. Partes relacionadas	21
14. Seguros	21
15. Compromissos	21

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Iguaçu Saneamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Iguaçu Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguaçu Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outros auditores independentes; conseqüentemente, não emitimos opinião sobre eles.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
			(Não auditado)
Receita operacional líquida	3	9.117	-
Custo dos serviços prestados	4	(10.828)	-
Lucro bruto		(1.711)	-
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(11.956)	-
		(11.956)	-
Resultado antes do resultado financeiro líquido		(13.667)	-
Receitas financeiras	5	472	19
Despesas financeiras	5	(135)	(1)
Resultado financeiro líquido		337	18
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.330)	18
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	-	(4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	4.456	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(8.874)	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguaçu Saneamento S.A.



Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2025	2024
		(Não auditado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(8.874)	14
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(8.874)	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
			(Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.330)	18
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa:			
Depreciação e amortização	4	141	-
Encargos e variações monetárias, líquidas		(402)	-
		(13.591)	18
Variações em:			
Contas a receber e outros recebíveis		(6.238)	-
Impostos e contribuições a recuperar		(1.361)	-
Outros ativos		(1.531)	-
Fornecedores e outras contas a pagar		7.238	-
Adiantamento de clientes		9.098	-
Obrigações fiscais e provisões e encargos trabalhistas		809	1
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(5.576)	19
Impostos de renda e contribuição social pagos		(4)	-
Juros pagos de arrendamentos		(67)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(5.647)	19
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(1.615)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.615)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização e aumento de capital	10 a.	-	5.401
Adiantamento para futuro aumento de capital	10 a.	2.350	-
Pagamentos de arrendamentos		(112)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.238	5.401
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(5.024)	5.420
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	7	5.420	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	396	5.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguaçu Saneamento S.A.



Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			(Não auditado)	Circulante			(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	396	5.420	Fornecedores e outras contas a pagar	9	7.038	-
Aplicações financeiras	7	2.084	-	Fornecedores - risco sacado	9	99	-
Contas a receber e outros recebíveis	8	6.238	-	Passivo de arrendamento		1.391	-
Impostos e contribuições a recuperar		648	-	Obrigações fiscais		207	1
Outros ativos		1.531	-	Provisões e encargos trabalhistas		603	-
Total do ativo circulante		10.897	5.420	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	4
Não circulante				Adiantamento de clientes	8	388	-
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		9.726	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	4.456	-	Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		713	-	Fornecedores e outras contas a pagar	10	101	-
Total do realizável a longo prazo		5.169	-	Passivo de arrendamento		3.464	-
Ativo de direito de uso		4.826	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		3	3
Total do ativo não circulante		9.995	-	Adiantamento de clientes	8	8.710	-
				Total do passivo não circulante		12.278	3
				Total do passivo		22.004	8
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10 a.	5.401	5.401
				Adiantamento para futuro aumento de capital	10 a.	2.350	-
				Reservas de lucros	10 b.	-	11
				Prejuízos acumulados		(8.863)	-
				Total do passivo a descoberto (patrimônio líquido)		(1.112)	5.412
Total do ativo		20.892	5.420	Total do passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido)		20.892	5.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 26 de novembro de 2024 - Não auditado	10	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social		1	-	-	-	-	1
Aumento de capital		5.400	-	-	-	-	5.400
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14	14
Constituição de reservas		-	-	1	10	(11)	-
Dividendos		-	-	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - Não auditado	10	5.401	-	1	10	-	5.412
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(8.874)	(8.874)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10 a.	-	2.350	-	-	-	2.350
Absorção de reservas		-	-	(1)	(10)	11	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10	5.401	2.350	-	-	(8.863)	(1.112)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Informações gerais

A Iguaçu Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico (SPE), com sede na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é controlada integralmente pela Iguá Saneamento S.A. (“Controladora”), empresa que atua no setor de saneamento básico no Brasil por meio de concessões e parcerias público-privadas.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 30 de março de 2026.

1.2. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 26 de novembro de 2024 com o propósito específico de executar contrato de parceria público-privada celebrado com a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

Em 13 de janeiro de 2025, foi firmado o contrato de parceria público-privada para a prestação de serviços de esgotamento sanitário na Microrregião Oeste do Estado do Paraná (Lote 3). O contrato possui prazo de 24 anos e abrange a implantação, ampliação, operação e manutenção da infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto em 28 municípios da região.

A concessão tem como objetivo ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário para aproximadamente 328 mil habitantes, contribuindo para o cumprimento das metas de universalização previstas no Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

1.3. Continuidade operacional

A Companhia iniciou suas operações em 2025 e encontra-se em fase inicial de implementação do contrato de parceria público-privada celebrado com a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. Nesse estágio do projeto, os resultados contábeis refletem, principalmente, a estruturação operacional da concessão, os investimentos iniciais e a formação da estrutura administrativa necessária à execução do contrato.

O modelo econômico-financeiro do contrato de PPP prevê uma trajetória de geração de resultados compatível com o ciclo de maturação do projeto, no qual os primeiros anos de operação tendem a apresentar resultados contábeis negativos em função do estágio inicial de desenvolvimento das atividades e da estruturação da operação.

A Administração monitora continuamente as projeções de fluxo de caixa da Companhia com base no plano de negócios aprovado e no cronograma de execução contratual. Com base nessas avaliações, a Administração concluiu que a Companhia tem condições adequadas para cumprir suas obrigações e manter suas operações no curso normal dos negócios, motivo pelo qual estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando requerido de forma diversa pelas normas aplicáveis, e são apresentadas em milhares de reais.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma).

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- Alterações ao OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Em relação as demais normas contidas na tabela acima não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Reforma tributária

Em 2025 foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A nova legislação estabelece a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), de competência compartilhada entre estados e municípios, os quais substituirão gradualmente tributos atualmente incidentes sobre o consumo, como PIS, COFINS, ICMS, ISS e, parcialmente, o IPI. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo (“IS”), aplicável a determinados bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, não abrangendo os serviços de saneamento básico. O período de transição para o novo sistema tributário ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual os tributos atualmente vigentes coexistirão com a CBS e o IBS, de forma progressiva.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação da reforma tributária e vem conduzindo análises preliminares sobre os potenciais impactos do novo sistema tributário nas operações da Companhia. Considerando que parte relevante da regulamentação complementar e dos aspectos operacionais do novo modelo ainda está em processo de definição, as avaliações relacionadas aos possíveis efeitos sobre os resultados e a posição financeira da Companhia seguem em desenvolvimento e serão atualizadas à medida que novas normas e orientações sejam emitidas pelas autoridades competentes.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerce julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são continuamente avaliadas com base em histórico, expectativas futuras e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, e suas revisões são reconhecidas prospectivamente.

Os principais julgamentos e estimativas que possuem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia referem-se, principalmente:

- (i) ao reconhecimento e à realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas;
- (ii) ao reconhecimento de gastos capitalizáveis e despesas operacionais considerando a natureza e o potencial de geração de benefícios futuros;
- (iii) à avaliação da recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de parceria público privada; e

As estimativas utilizadas refletem as melhores informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras e são consistentes com a natureza e o estágio de desenvolvimento da concessão. A Administração entende que as premissas adotadas são razoáveis e consistentes com a realidade operacional e financeira da Companhia.

3. Receita operacional líquida

3.1. Política contábil

As receitas da Companhia decorrem do contrato de parceria público-privada celebrado com a Sanepar e são reconhecidas de acordo com os princípios da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Nos termos da ICPC 01 (R1), a infraestrutura vinculada ao contrato de concessão não é reconhecida como ativo imobilizado da Companhia. Em vez disso, os investimentos realizados na construção ou ampliação da infraestrutura são reconhecidos como ativo financeiro, uma vez que tem direito contratual incondicional de receber caixa da concedente em contrapartida pelos serviços de construção prestados.

As receitas da Companhia são compostas, substancialmente, por receitas de construção, receitas associadas ao ativo financeiro da concessão e receitas de operação e manutenção da infraestrutura.

a) Receita de construção

A Companhia reconhece a receita de construção na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A Administração estima que o valor justo da contraprestação associada aos serviços de construção seja equivalente ao custo incorrido acrescido dos tributos incidentes sobre a receita (PIS e COFINS).

b) Receita de ativo financeiro

A receita de ativo financeiro corresponde à remuneração financeira associada ao ativo financeiro reconhecido no âmbito do contrato de concessão. Essa remuneração é reconhecida ao longo do prazo da concessão com base na taxa de desconto definida no modelo econômico-financeiro do contrato, refletindo o custo do capital e os riscos associados ao projeto. Para fins de mensuração do ativo financeiro da concessão, a Companhia utiliza a taxa de desconto de 13,09%.

A receita de ativo financeiro está diretamente associada à remuneração dos investimentos realizados no âmbito do contrato de concessão, sendo apresentada como receita operacional, em conformidade com a orientação contida no CPC 05 – Contratos de Concessão.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da coleta, afastamento, tratamento do esgoto sanitário e disposição final do lodo, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela Sanepar.

3.2. Composição

Receita líquida	2025
Serviços	7.904
Construção	2.142
Total da receita operacional	10.046
Impostos sobre serviços	(929)
Total da receita operacional líquida	9.117

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2025
Custo de construção	(6.566)
Depreciação e amortização	(141)
Serviços de terceiros	(4.662)
Pessoal	(6.319)
Energia elétrica	(723)
Materiais	(695)
Outros custos e despesas	(3.678)
Total	(22.784)
Custo dos serviços prestados	(10.828)
Despesas administrativas e gerais	(11.956)

5. Resultado financeiro

5.1. Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2. Composição

	2025	2024
Receitas financeiras		(Não auditado)
Juros sobre aplicações financeiras	469	19
Descontos obtidos	3	-
Total	472	19
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	(67)	-
Outras despesas financeiras	(68)	(1)
Total	(135)	(1)
Despesas financeiras líquidas	337	18

6. Imposto de renda e contribuição social

6.1. Política contábil

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, e são revisados a cada data-base, sendo reduzidos quando essa realização deixa de ser provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data-base e apresentados de forma líquida quando há direito legalmente executável de compensação e quando relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade tributária.

6.2. Composição

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo	Resultado
	2025	2025
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	3.589	3.589
Outras provisões	47	47
Arrendamentos	10	10
Contas a receber – contratos de concessão	810	810
Total	4.456	4.456

6.3. Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos	(13.330)	(Não auditado) 18
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota normal	4.532	(6)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(76)	-
Outros	-	2
Total de despesas com imposto de renda e contribuição social	(76)	2
Imposto corrente	-	(4)
Imposto diferido	4.456	-
Alíquota efetiva	33%	22%

6.4. Expectativa de realização

Os ativos fiscais diferidos decorrem, substancialmente, de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social, bem como de diferenças temporárias dedutíveis.

A Administração avaliou a recuperabilidade desses créditos com base em projeções de lucros tributáveis futuros constantes do Plano de Negócios aprovado, considerando o estágio inicial da concessão, o prazo remanescente do contrato e o limite legal de compensação de 30% do lucro tributável anual. Com base nessa avaliação, a Administração entende que a realização dos ativos fiscais diferidos ocorrerá antes do término do contrato de concessão.

7. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

7.1. Composição

	Rentabilidade Média	Taxa média de remuneração	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa				(Não auditado)
Caixa			-	1
Saldos bancários			11	-
Operações compromissadas	93% do CDI	13,31%	385	5.419
Total caixa e equivalentes de caixa			396	5.420
Aplicações financeiras				
Fundo de investimento (a)	100,89% do CDI	14,44%	2.084	-
Total aplicações financeiras			2.084	-

(a) Fundo de investimento, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa, do tipo FIC, com liquidez diária, referenciados ao DI, bem como em títulos públicos, remunerado a condições e taxas normais de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, crédito e liquidez, bem como a respectiva análise de sensibilidade, estão divulgadas na nota explicativa nº12.

8. Contas a receber e outros recebíveis

8.1. Política contábil

Os saldos de contas a receber e outros recebíveis referem-se principalmente a valores a receber da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar decorrentes do contrato de parceria público-privada, incluindo contraprestações pecuniárias pelos serviços de operação e manutenção e valores associados à atualização do ativo financeiro reconhecido nos termos da ICPC 01 (R1).

Esses ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

8.2. Composição

	Nota	2025
Recebíveis de contratos de concessão		2.999
Direitos a faturar contratos de concessão		3.000
Total contas a receber		5.999
Operações mensais - Partes relacionadas	13	239
Total outros recebíveis		239
Total		6.238

8.3. Composição por vencimento do contas a receber

A composição por vencimento dos recebíveis de contratos de concessão e direitos a faturar é como segue:

	2025
A vencer	5.999

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais****Adiantamento de clientes**

Em conformidade com o fluxo contratual da PPP, na data-base de 31 de dezembro de 2025, verifica-se a existência de saldo de adiantamento de clientes no montante de R\$ 9.098 junto à Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar. Tal saldo decorre do fato de que as contraprestações recebidas no início do contrato superaram os investimentos realizados pela Companhia no mesmo período.

9. Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	2025
Fornecedores diversos		2.900
Operações mensais - partes relacionadas	13	4.239
Circulante		7.038
Não circulante		101
Total		7.139

Fornecedores – Risco sacado

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta, em linha separada no balanço patrimonial, o montante de R\$99, referente a fornecedores risco sacado, sendo que essa operação não implicou alteração nos prazos e nas condições originais de pagamento.

10. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$5.401 (idêntico em 31 de dezembro de 2024), representado por 5.401 ações ordinárias, pertencentes ao seguinte acionista:

	2025	2024
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram recebidos R\$2.350 a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

b) Reservas de lucros**Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados. Considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício, não há base para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no período.

11. Gerenciamento de capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, suportar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, viabilizar a execução dos planos de investimento de longo prazo e manter acesso sustentável a fontes de financiamento compatíveis com o perfil de maturação de seus ativos. O gerenciamento de capital considera, de forma integrada, o patrimônio líquido, o nível e o perfil de endividamento, a geração operacional de caixa e o cronograma de investimentos obrigatórios.

Como métrica de acompanhamento interno, a Administração monitora o índice de alavancagem, definido como a relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido atribuível aos controladores. A dívida líquida, para esse fim, corresponde ao total de passivos, deduzido do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Em função do patrimônio líquido negativo apresentado na data-base, o indicador de alavancagem calculado pela relação entre dívida líquida e patrimônio líquido não é considerado representativo da estrutura de capital da Companhia nesse estágio inicial da concessão.

12. Instrumentos financeiros

12.1. Categoria dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir, são apresentados os instrumentos financeiros por categoria. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo, e não houve transferências entre níveis em 31 de dezembro de 2025.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
		2025	2024	2025	2024	2025
			(Não auditado)		(Não auditado)	
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	5.419	396	1	-
Aplicações financeiras	7	2.084	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	8	-	-	6.238	-	-
Ativos financeiros		2.084	5.419	6.634	1	-
Fornecedores e outras contas a pagar	9	-	-	-	-	7.238
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	4.855
Passivos financeiros		-	-	-	-	12.093

12.2. Fatores de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez e mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras em decorrência do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes, de suas obrigações contratuais. A exposição ao risco de crédito está concentrada, principalmente, nas contas a receber de clientes e nos saldos de caixa e aplicações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contábeis dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial, como segue abaixo:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	396	5.420
Aplicações financeiras	7	2.084	-
Contas a receber e outros recebíveis	8	6.238	-
Total		8.718	5.420

ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos à medida que se tornam devidos. A gestão desse risco considera o perfil de vencimento dos passivos financeiros, a estrutura de capital do projeto e a previsibilidade dos fluxos de caixa ao longo da concessão.

A Administração mantém acompanhamento contínuo das necessidades de caixa e, quando necessário, avalia alternativas de captação de recursos, incluindo financiamentos e aportes de capital, de forma a assegurar liquidez adequada para a condução normal das operações.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2025
Passivo de arrendamento		4.855
Fornecedores e outras contas a pagar	9	7.238
Circulante		8.528
Não circulante		3.565
Total		12.093

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado impactem os resultados da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Esse risco decorre, principalmente, de variações em taxas, preços e custos relevantes para as operações.

No contexto de contratos de concessão, o risco de mercado inclui, ainda, o risco de elevação dos custos de obras e serviços, que pode afetar negativamente as margens do negócio ao longo do período contratual.

O objetivo da gestão de risco de mercado é identificar, avaliar, gerenciar e controlar as exposições a riscos dentro de parâmetros considerados aceitáveis, buscando, ao mesmo tempo, a otimização do retorno.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2025	Cenários									
		Apreciação das taxas					Depreciação das taxas				
		Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
<i>Indexados ao CDI</i>											
Ativos financeiros											
Aplicações financeiras	2.469	13,77	340	17,21	425	20,66	510	10,33	255	6,88	170
Total	2.469		340		425		510		255		170
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					85		170		(85)		(170)
<i>Indexados ao IPCA</i>											
Ativos financeiros											
Recebíveis de contratos de concessão	5.999	3,71	223	4,64	279	5,57	335	2,78	167	1,85	111
Total	5.999		223		279		335		167		111
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					56		112		(56)		(112)
Exposição líquida total dos ativos e passivos financeiros	8.468		563		704		845		422		281
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					141		282		(141)		(282)

Fontes: as informações das taxas foram extraídas de IPCA e CDI - B3, com projeção para os próximos doze meses.

13. Partes relacionadas

13.1. Política

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações.

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado
	2025	2025	2025
Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos			
	(Nota 8)	(Nota 9)	
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	116
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	239	4.123
Total		239	4.239
			(4.540)

a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.

b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

13.2. Remuneração da Administração-chave

A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da Administração diretamente de sua Controladora e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços.

14. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

15. Compromissos

a) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

b) Investimentos

Nos termos do contrato de parceria público-privada celebrado com a Sanepar, a Companhia tem compromissos de investimento relacionados à implantação e ampliação da infraestrutura de esgotamento sanitário ao longo do prazo contratual.

Esses investimentos estão previstos no plano de negócios do contrato e serão financiados por meio da geração operacional de caixa do projeto, eventuais aportes de capital e financiamentos estruturados no âmbito do projeto.

Iguaçu Saneamento S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais

Composição da Diretoria

Mayckel Seiffert da Costa Pereira
Paula Alessandra Bonin Costa Violante

Contador

Fabício dos Santos Teixeira
CRC/SP nº 1SP347408/O-9